



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da 361ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, realizada no dia 20 de dezembro de 2017.

Realizou-se no dia 20 de dezembro de 2017, às 9h00, na Sala de Reuniões do Conselho, Prédio 6 da SMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, a 361ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Compareceram os(as) conselheiros(as) **Maurício Benedini Brusadin**, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Eduardo Trani**, Secretário-Adjunto do Meio Ambiente, **Antonio César Simão**, **Carlos Roberto dos Santos**, **Danilo Angelucci de Amorim**, **Gerd Sparovek**, **Gil Kuchembuck Scatena**, **José Manoel de Aguirre Neto (Juca)**, **José Luiz Fontes**, **Luciana Ferrara**, **Luís Sérgio Osório Valentim**, **Marcos Roberto Funari**, **Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel**, **Mauro Frederico Wilken**, **Monica Ferreira do Amaral Porto**, **Patrícia Nunes Lima Bianchi**, **Rachel Marmo Azzari Domenichelli**, **Roberto Francine Junior**, **Roberto Lucca Molin**, **Roberto Ulisses Resende**, **Rodrigo Levkovicz**, **Romildo Campello**, **Ronaldo Severo Ramos**, **Sergio Luís Marçon**, **Simone Aparecida Vieira**, **Syllis Flávia Paes Bezerra**, **Tatiana de Souza Leite Garcia**, **Thaís Maria Leonel do Carmo**, **Thiago Martins Barbosa Bueno** e **Vilázio Lélis Junior**. Constavam do Expediente Preliminar: 1) Aprovação da Ata da 360ª Reunião Plenária Ordinária; 2) Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva; 3) Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. Constavam da Ordem do Dia: 1) Apresentação do Balanço da Gestão SMA 2015-2017; 2) Apreciação do Relatório da CT Processante e de Normatização sobre Recurso Especial interposto por Walter de Biasi e Outros contra o AIA 264928/2011 (Proc. SMA/CFA – AIA 264928/2011); 3) Indicação de mais membros para a CTBio; 4) Informe sobre o plano de metas das UCs da FF para 2018. O Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, deu por abertos os trabalhos e submeteu à aprovação a Ata da 360ª Reunião Ordinária do Plenário que, dispensada de sua leitura, foi aprovada pelo Presidente do CONSEMA nos termos regimentais. Passou-se às comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva. O Presidente do CONSEMA, **Maurício Brusadin**, saudou a todos e comunicou com pesar o falecimento de Carmelita Pereira dos Santos, mãe do assessor de comunicação e “conselheiro” da SMA, José Alberto Pereira (Sheik). Destarte, propôs ao Conselho fosse lavrada moção de pesar por seu passamento, em seguida acatada pelo Pleno. Passou então a discorrer sobre a presente reunião, e, mais detidamente, sobre o primeiro ponto da Ordem do Dia, qual seja o Balanço da Gestão SMA 2015-2017. Sobre o tema, esclareceu fora decidido não tratá-lo com demasiado formalismo, mas antes, a partir de um concerto de ideias entre os representantes das principais áreas da Secretaria, convidados que foram a ativamente tomar parte na reunião e trazer ao conhecimento de todos as propostas atinentes a suas respectivas áreas. Num segundo momento, pontuou, terá lugar uma apresentação, única instância formal do debate e necessária à caracterização de um “rito” na abordagem do tema, para finalmente abrir ocasião a eventuais questionamentos inspirados naquilo que houver sido objeto dos apontamentos trazidos à luz. Mais do que apenas possibilitar uma melhor compreensão dos aspectos em que se avançou, declarou, o debate se presta sobretudo ao diagnóstico e melhor definição dos desafios a serem enfrentados em 2018. Passou-se aos assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. A conselheira **Syllis Bezerra** festejou que a CETESB houvesse se posicionado pela inviabilidade da implantação da termelétrica em Peruíbe, medida necessária à preservação desse importante santuário ecológico, fato amplamente comemorado pelas entidades ambientalistas. Lançou, outrossim, com base na notícia de implantação de uma cava subaquática em Cubatão, os seguintes questionamentos, que dirigiu aos técnicos da agência ambiental paulista: em primeiro lugar, em nome da população cubatense, indagou o porquê de se construir essa cava para acondicionamento de material altamente tóxico no local escolhido; em segundo lugar, por que razão não foram realizadas audiências públicas, considerando as peculiares condições da área destinada à cava; em terceiro lugar, por que razão não se fez a necessária publicidade dos laudos resultantes das análises dos sedimentos retirados do fundo do estuário, assim como da qualidade das águas antes e depois da implantação da cava; e, por



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

último, que ações eram previstas pela SMA e CETESB para fazer frente aos violentos impactos socioambientais sofridos pelas comunidades cuja economia se baseia na pesca artesanal ao longo da Baixada Santista, haja vista a severa mortandade de peixes de que resultou a implantação da cava. Anunciou a criação, no último dia 18 de novembro, da Frente Ambientalista da Baixada Santista, inicialmente formada por vinte e duas instituições e com atuação em nove municípios da região. A entidade, explicou, tem por objeto a defesa do patrimônio socioambiental da Baixada Santista e reivindica o atingimento desse escopo por intermédio de instrumento conjunto que define os dez principais temas nesse contexto fixados. Propôs a respeito fosse realizada, em momento oportuno, apresentação sobre o tema ao Pleno, e antecipou alguns dos assuntos que figuram com destaque no documento: a implantação da mencionada cava subaquática e da termelétrica em Peruíbe, esta última equacionada, o Plano Regional de Resíduos Sólidos face à Baixada Santista, as palafitas e a educação ambiental nos municípios que a integram. Para a condução do debate sobre os cinco mencionados temas serão criadas também cinco diferentes comissões, antecipou, instando o Conselho a ofertar o melhor de sua colaboração ao enriquecimento dos debates. Por fim, voltou, como o fizera em reuniões precedentes, a fazer enfática defesa da isenção de ICMS para o asfalto ecológico. Lembrou que a relevância da aplicação dessa tecnologia restou consagrada por meio de moção unanimemente aprovada pelo Conselho, e noticiou que, além de projeto de lei federal ora em discussão, tramita na Câmara Municipal de São Paulo lei específica que busca estimular a adoção do asfalto ecológico. O conselheiro **Vilázio Lélis** narrou haver recebido convite, a ele encaminhado pela Secretaria-Executiva do CONSEMA, para participação em seminário técnico sobre o tema “Diagnóstico da Contaminação de Águas Superficiais, Subterrâneas e Sedimentos por Agrotóxicos”, convite este atribuído conjuntamente ao Secretário Maurício Brusadin e ao presidente da CETESB, Carlos Roberto dos Santos. Impossibilitado de se fazer presente ao evento, solicitou via telefone maiores informações a respeito, recebendo apenas respostas evasivas ou de pouco interesse. Declarou haver então encaminhado *e-mail* reiterando solicitação de acesso ao conteúdo do seminário, demanda simplesmente ignorada. Desta feita, prosseguiu, decidiu-se por redigir ofício em que reitera uma vez mais a solicitação, havendo há pouco protocolado o documento junto à Secretaria-Executiva do Conselho. Confessou temer que esta sua atitude houvesse causado algum constrangimento, pelo que naquele momento se escusava, ressaltando entretanto que, até mesmo na qualidade de simples cidadão, e dada sua irrecusável relevância, remanescia seu interesse em conhecer o conteúdo do seminário em questão. Parabenizou o Secretário do Meio Ambiente e Presidente do Conselho pela iniciativa de trazer ao debate do plenário as metas da Secretaria para o ano que se aproxima, e revalidou a proposta de realização de seminário conjunto sobre diversos temas. O conselheiro **Beto Francine** justificou sua ausência nos últimos meses, em decorrência, de modo especial, do falecimento de sua mãe, ocorrido a 15 de setembro do ano em curso, o que acabou por roubá-lo de importantes agendas, como aquelas que dizem respeito à sua condição de conselheiro. Cumprimentou o Secretário do Meio Ambiente por trazer uma vez mais ao primeiro plano o debate sobre os grandes temas ambientais, “em contraste com a gestão precedente”, e enalteceu de modo particular a iniciativa de reabilitação da antiga Coordenadoria de Educação Ambiental, com todo o alvissareiro horizonte de possibilidades que como consequência da medida se abre. Suscitou questão que lhe fora trazida por conselheiro do CONDEPHAAT e à qual não soubera dar suficiente resposta, referente à manifestação de interesse de determinado empreendedor na implantação de um *resort* no Parque Estadual da Ilha Anchieta, e que conta já com posicionamento favorável da Secretaria. Narrou que o processo atinente ao projeto percorre estágio avançado, e que, considerando a magnitude do empreendimento, suas peculiaridades e o modo como tramita, o qual sucintamente descreveu, era levado a requerer naquele momento mais detalhadas informações sobre o procedimento em tela e, de modo particular, sobre como se dá a manifestação de interesse no âmbito da Secretaria, encaminhando-se ulteriormente as informações ao conselho consultivo. A medida, asseverou, presta-se entre outros a deixar cristalinamente caracterizada a neutralidade da Secretaria no contexto desse procedimento, de exclusivo interesse dos empreendedores. Lembrou haver solicitado à Fundação Florestal lhe fosse encaminhada



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

listagem dos parques estaduais que têm plano de manejo e daqueles que ainda não os concluíram, pleito que renovava nesta ocasião. O conselheiro **Roberto Resende** suscitou questionamento acerca da possibilidade de revisão dos critérios de inscrição no Cadastro das Entidades Ambientalistas - CadEA, para efeito de se viabilizar a ampliação do espectro de entidades habilitadas a disputar as vagas destinadas à representação da sociedade civil no Conselho. Manifestou otimismo com relação ao resgate da pauta permanente da Secretaria, sobre cujos mais relevantes tópicos laconicamente discorreu, destacando que o momento ensejava à SMA a retomada do protagonismo normativo no âmbito estadual. O conselheiro **Beto Francine**, em aparte deferido pela Presidência, chamou a atenção para o fato de que muitas dentre as proposições que pleiteavam inserção em pauta de reunião plenária não foram, inobstante sua inegável relevância, naquela inseridas, e requereu fossem revistos os pleitos desatendidos, para, ainda nesse início de gestão, fazê-los inserir nas pautas das próximas reuniões. O **Presidente do CONSEMA**, escusando-se por repisar um seu costume, qual seja o de buscar dar encaminhamento às demandas nem mal acabaram de ser formuladas, esclareceu à conselheira **Sillys Bezerra** que o posicionamento da Secretaria nas diversas questões que se apresentavam ora tinha uma assinatura algo mais pessoal do chefe da pasta, ora incorporava íntegra e inalterada a vontade estatal, e, citando *mutatis mutandis* Henrique V, de Shakespeare, ponderou o quão desconfortável é olhar-se ao espelho e reconhecer outra pessoa. Concluído o introito, passou ao tema do projeto de termelétrica em Peruíbe. Recordou que SMA e CETESB não raro recebem solicitações de implantação de grandes empreendimentos, e que sua análise, expurgada das paixões e alheia à coação exercida pelo capital, deve conduzir-se sempre com a maior transparência e pautar-se a todo o tempo em critérios estritamente técnicos. E seguramente o foi, enfatizou, no caso supracitado. Em relação à cava de Cubatão, semelhante situação se verificou, sofrendo o Estado enorme pressão no sentido de se desvirtuar sua isenção de juízo. Ressaltou nesse contexto a singular relevância da realização de audiências públicas em suficiente número, e confessou sua perplexidade diante daqueles que gratuitamente tentam obstá-las. Solicitou outrossim à conselheira encaminhasse seus questionamentos diretamente ao presidente da CETESB, que por sua vez lhe devolverá no melhor tempo as respostas, e registrou sua intenção de promover a realização de reuniões com ambientalistas e representações da sociedade civil da Baixada Santista. Por sua vez, no que atina ao tema do asfalto ecológico, informou que o assunto ocupa lugar de destaque na agenda da SMA, que alguns compromissos a esse respeito foram já celebrados, e que mais não se fez ainda apenas por conta da complexa agenda com que teve que lidar nesses três primeiros meses de gestão. Exculpando-se perante o conselheiro **Vilázio Léllis**, explicou que a Secretaria ainda não possui um protocolo construído para imediata disponibilização do conteúdo dos seminários que realiza, e assegurou ao conselheiro que até o dia seguinte lhe seria enviado ao endereço de e-mail todo o material requerido. Sobre o seminário precedentemente proposto, declarou que não fora de modo algum esquecido, e que ainda naquele dia discutiria o assunto com o coordenador da CPLA, Gil Scatena. Relativamente à Coordenadoria de Educação Ambiental, ponderou que retornava à posição que, no organograma da Secretaria, jamais deveria ter deixado de ocupar, declarando-se muito satisfeito com a atuação da conselheira **Rachel Azzari** à frente dos trabalhos nesse domínio desenvolvidos. Trouxe à baila, à guisa de expediente ilustrativo da dinâmica assíncrona entre demandas por informação e andamento dos processos, assunto respeitante à Ilha Anchieta, e reiterou o empenho da SMA no afã de remir esse descompasso, nesse como noutros casos, quer favorecendo o debate interno, quer buscando avançar mais e mais nas discussões junto à comunidade. Tudo, reiterou, cunhado pela mais irretocável transparência. Reportou avanços na confecção dos planos de manejo ao longo das mais de dez reuniões de que participara, e, muito embora declarasse ressentir-se da carência de um corpo técnico mais numeroso a dar conta de tão relevante demanda, assegurou que os prazos com que o grupo se compromissou seriam a contento cumpridos. Para tanto, propôs que funcionários da Fundação Florestal sejam agregados ao grupo. Em resposta ao conselheiro Roberto Resende, pontou inicialmente tratar-se a reformulação do Conselho de assunto que lhe era especialmente caro e sobre o qual se debruçara com particular desvelo ao longo dos últimos vinte dias. Testemunhou receber frequentes solicitações de entidades



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

pleiteando, muitas delas legitimamente, assento no Conselho, e que no entanto atendê-las todas era virtualmente impossível. Ponderou que alterações composicionais no colegiado eram mais facilmente implementadas quando o que se discutia era apenas a representação governamental, e comentou o quão descabida era a ausência da Polícia Militar Ambiental no Conselho, especialmente considerando que inúmeras decisões atinentes à atividade fiscalizatória, cuja titularidade é também do órgão militar, são tomadas em sede de reunião plenária. Requereu então à conselheira **Rachel Azzari**, haja vista tratar-se de matéria de responsabilidade da CEA, promova encontro especificamente destinado à rediscussão do cadastro de entidades habilitadas a pleitear assento junto ao CONSEMA. A respeito do Programa de Regularização Ambiental-PRA, antecipou que durante a presente reunião, apresentação específica daria conta do estado das discussões e das estratégias adotadas no enfrentamento dos óbices ao processo de implementação do programa, e pressagiu que 2018 será o ano de maior restauração ecológica da história paulista. Por fim, declarou que, após concluídos e regulamentados, mas antes de publicados, serão os planos de manejo disponibilizados a quem desejar deles conhecer e sobre eles opinar. O **Secretário-Executivo**, em observação pertinente à lista de assuntos para a pauta das reuniões plenárias, chamou a atenção para o fato de que, inobstante o volume de temas eleitos ponto de pauta ao longo do ano que se encerrava, remanesce uma lista com quase quarenta temas propostos, mas ainda não trazidos ao pleno, e que, uma vez reanalisados e ordenados segundo critérios de prioridade e urgência e organizados em seu conteúdo para efeito de explanação ao Conselho, seriam insertos em pauta plenária. Exculpando-se ao conselheiro **Vilázio Léllis**, ensaiou que a palavra era sempre um estímulo subjetivamente inteligido, o que com frequência dava azo a distorções interpretativas, e assegurou ao conselheiro que seu pedido seria uma vez mais encaminhado, desta vez diretamente ao presidente da CETESB. Lembrou a propósito que o seminário que motivou o pleito do conselheiro não era da alçada do CONSEMA, mas de exclusiva responsabilidade da CETESB, mas ressaltou que, dentre as prerrogativas regimentais do Conselho, figurava a de requerer informações, a qualquer tempo, a quaisquer órgãos integrantes do Sistema Estadual do Meio Ambiente. Para isto, entretanto, o requerimento precisava ser titularizado pelo próprio CONSEMA e não apenas por um seu conselheiro em particular, isto é, deve por primeiro ser inserido na pauta e submetido ao plenário e, uma vez aprovado, *ex officio* encaminhado ao órgão destinatário. Passou-se ao primeiro item da Ordem do Dia, qual seja a apresentação do Balanço da Gestão SMA 2015-2017. Preliminarmente, o **Presidente do CONSEMA** propôs que a reunião a partir daquele momento obedecesse a uma dinâmica algo mais informal, sem que se atrelassem rigidamente as manifestações às respectivas inscrições para fazer uso da palavra. Fracassada a medida, retorna-se ao antigo *modus operandi*. Ainda sobre o assunto, sublinhou que desde o primeiro momento assumira a Pasta com o firme propósito de levar às derradeiras instâncias a opção pelo diálogo, ampliando para tanto os espaços de participação e mútua cooperação. Em seguida, buscou sintetizar as diretrizes gerais que nortearam o debate acerca do Programa de Recuperação Ambiental, passando depois a palavra ao conselheiro **Danilo de Amorin**. O conselheiro relatou que o PRA, embora concluído em suas feições gerais, ainda não está aberto, uma vez que algumas de suas funcionalidades se encontram em fase de testes. Agradeceu, entre outros, à Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais-CBRN, à Secretaria de Estado da Agricultura, à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral-CATI e à FAESP pela importante colaboração ofertada no âmbito do CAR, e antecipou que pouco resta para que se contabilize como cadastrados a totalidade de imóveis rurais do Estado. Relatou, no contexto da resolução que ora se finaliza, as medidas tomadas no sentido de se conferir maior segurança ao agricultor e viabilizar o financiamento dos programas de recuperação a partir da utilização econômica das áreas, baseada no ideal de manejo sustentável e no conceito de agrofloresta. Discorreu sobre a repercussão do programa sobre outros também desenvolvidos pela Secretaria, e preconizou que se inaugurava uma nova era no modo como são concebidas as florestas paulistas, que passam a se mostrar, inclusive do ponto de vista econômico, extremamente interessantes. O conselheiro **Gerd Sparovek** ressaltou peculiaridade estratégica que distingue o PRA, conforme concebido em São Paulo, daquele que se vê elaborar em outros Estados, e que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

possibilita contemplar onde exatamente se encontram os déficits e onde ficarão os ativos antecipadamente, tudo vinculado ao registro do CAR do imóvel. Trata-se de trabalho desenvolvido há cerca de um ano e cujos resultados progressivos são amplamente discutidos em reuniões com representação dos produtores, como também da sociedade civil, do Ministério Público, do Instituto de Terras de São Paulo-ITESP, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, além das duas secretarias de Estado envolvidas. Desta forma, prosseguiu, é possível definir uma série de pontos sensíveis numa futura implementação que, discutidos *a priori*, possibilitam saber-se em que resultarão ao final. Declarou haver-se logrado uma adequada abordagem técnica dos instrumentos e dos mapas e suas referências, para efeito de aplicação do artigo 68 da lei federal, ou o 27 do diploma estadual, de consolidação da reserva legal em razão da data de abertura dos imóveis para o Estado, tema aliás onde se mostra complexo o diálogo, tendo-se em conta a disposição integral das secretarias envolvidas em obter-se o maior ganho ambiental possível. Pontuou que, tão logo se inicie a fase de implantação, verificar-se-á que se optou por implementar uma estratégia de análise que, longe de ser aleatória, dirige-se essencialmente às regiões de maior relevância do ponto de vista ambiental e àquelas onde se identificam os maiores déficits a serem recuperados, sempre dentro de um planejamento de implantação confortável. Declarou ainda crer que, ao longo do primeiro ano de implantação, será possível cobrir pelo menos 50% das áreas deficitárias, com foco nos devedores das regiões mais sensíveis, e, na outra ponta, naquelas áreas detentoras de excelentes ativos, as quais poderão ser indicadas em sistemas de compensação de reserva legal, via mecanismos de servidão, ou, caso as Cotas de Reserva Legal-CRA sejam efetivamente implementadas, será possível geração concomitante de demanda e oferta, casando-se as duas agendas. Com relação às situações em que se identificam poucos déficits ou excedentes, posto que interferirão menos na paisagem, sendo facilitada sua análise, restarão para posteriores etapas. Concluiu reforçando que todo o empenho tem sido dirigido em adaptar-se a lista de modelagem a determinada estratégia administrativa interna, que, sem interferir sobre os marcos regulatórios, alcançará produzir uma paisagem de restauração e benefícios para quem produz os excedentes rapidamente. O conselheiro **José Luiz Fontes** registrou, enquanto representante da Secretaria de Estado da Agricultura, sua satisfação com o ritmo em que o PRA era implementado, e de modo particular ao constatar que todos os esforços estão sendo envidados no aprofundamento das discussões acerca dos temas de mais complexo encaminhamento, de modo a que não oponham, em momento futuro, óbice à concretização do programa. O **Presidente do CONSEMA** antecipou o lançamento do Programa Florestas Paulistas, que abraça um novo conceito de conservação, balizado no de sustentabilidade financeira. Áreas que exigiram grande esforço governamental com o fim de se conservá-las podem agora sinalizar com a perspectiva de geração de emprego e renda. Noticiou também o lançamento do Projeto Conexão Mata Atlântica, talvez o maior projeto em operação no âmbito da recuperação de áreas e que conta com o financiamento do Banco Mundial. Enalteceu os méritos do Estado no enfrentamento da crise hídrica e noticiou a assinatura do primeiro protocolo setorial celebrado no plano da compensação de multas. Informou que R\$ 824 milhões em multas sobre as quais não existe razoável expectativa de quitação serão substituídas por medidas de restauração. O conselheiro **Gerd Sparovek** comentou que a medida só se tornou possível graças a um trabalho de negociação conjunta, resultado de um amplo esforço no sentido da promoção do diálogo. O **Presidente do CONSEMA** agradeceu a todos quantos colaboraram no projeto, colocando-se à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas. Ressaltou que, na discussão de temas como as florestas multifuncionais, era fundamental que se buscasse envolver a comunidade local, gerando renda a partir de produtos originados da floresta, e anunciou o lançamento de produto da categoria dos isotônicos, extraído do cambuci, fruto da Mata Atlântica, e que poderá vir a tornar-se produto de exportação. Lamentou as interferências provenientes de setores mais tradicionais da política local, que relutam em reconhecer que a floresta pode também ser fonte de riqueza, gerando produtos e fomentando o turismo. O conselheiro **Romildo Campello** sublinhou que a Secretaria de Estado da Cultura trabalha na tônica do resgate da cultura tradicional, no intuito de colaborar com o desenvolvimento sustentável, e mencionou, à guisa de exemplo, o

Página 5 de 14



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Programa Revelando São Paulo, que resgata, entre outros, a culinária e o artesanato tradicional, e que certamente poderá somar-se às iniciativas da SMA no plano da geração de emprego e renda. O **Presidente do CONSEMA** enfatizou o espírito da nova gestão e destacou medidas tomadas no âmbito do tema em discussão, destacando a recriação de um GT de turismo, em colaboração com o secretário da pasta. Desmentiu que a Secretaria estivesse fazendo concessão de áreas dos parques, sublinhando que as concessões propostas dizem respeito apenas a equipamentos como bilheterias e restaurantes, modelo de gestão a princípio adotado na Cantareira e em Campos do Jordão. Passou então a palavra ao Secretário-Adjunto do Meio Ambiente e conselheiro, **Eduardo Trani**, para que discorresse acerca de referidas concessões. Este ressaltou que a Fundação Florestal, em ambos os projetos, no da Cantareira como no de Campos do Jordão, e com a consultoria do SEMEA, realizaram um aprofundado trabalho técnico com o objetivo de bem avaliar as potencialidades de ambos os parques no que tange às perspectivas de celebração de contratos de concessão das áreas de uso público. Sublinhou que o que se buscava atingir era um incremento real no uso de áreas públicas por terceiros, para deste modo ampliar a oferta e a qualidade dos serviços ofertados. Os recursos próprios, arrematou, destinam-se prioritariamente à proteção e preservação das áreas. Informou estarem disponíveis à consulta as primeiras modelagens, objeto de discussão em câmara específica do Palácio do Governo, responsável pela elaboração das PPPs do Estado. Em obediência à disciplina legal das concessões, em vigor desde 2016, o primeiro edital será submetido ao conselho consultivo da unidade, em seguida ao conselho do SIGAP, para enfim passar pelo crivo do plenário do CONSEMA. A previsão, antecipou, é de que até o mês de julho próximo já estejam definidos os potenciais concessionários. Concluiu pontuando que a iniciativa premia sobretudo a preservação do meio ambiente e da biodiversidade dos parques. O **Presidente do CONSEMA** informou que uma terceira concessão, desta vez de uma passagem, no Jardim Zoológico de São Paulo, encontrava-se em discussão. Nesse contexto, ponderou a importância do SIGAP como instância auxiliar da Fundação Florestal no afã de levar adiante a rediscussão dos modelos de áreas protegidas e unidades de conservação vigentes, para dali extraírem-se novas políticas de meio ambiente. Comentou que, diversamente do que se propala, a Câmara de Compensação Ambiental lida atualmente com um orçamento de apenas R\$140 milhões, e no entanto é para onde é encaminhada a maioria dos projetos. Eis porque fazia-se necessário se estabelecerem foros de discussão para aplicação prioritária dos recursos, em cujo rol merecem especial destaque o pagamento de indenizações e a criação de arcabouço turístico para as unidades de conservação, e chamou a atenção para a necessidade de uma melhor compreensão daquilo que é eletivamente objeto dos recursos da Câmara de Compensação. O conselheiro **Beto Francine** recordou que durante a gestão precedente candidatou-se e depois retirou sua candidatura de representante do CONSEMA, após ponderações do então titular da pasta ambiental, Ricardo Salles, para compor a Câmara de Compensação Ambiental-CCA. Comentou que Ricardo Salles teria lhe assegurado a oportunidade de participar das reuniões da CCA na qualidade de convidado-ouvinte – eis o que pleiteava fosse confirmado pelo atual Secretário. À vista das prioridades que se apresentavam, requereu o **Presidente do Conselho** ao conselheiro aguardasse até fevereiro, quando então, reiterando o convite de seu predecessor, garantia-lhe, agora por seu convite, a possibilidade de tomar parte em quaisquer reuniões da Câmara. Muitos eram os pleitos por participação no órgão, mas o acolhimento destes no momento atual traria prejuízo certo à agenda de prioridades. Definida esta, quitado o passivo existente, concluiu, franqueia-se a participação na Câmara a novos membros. O conselheiro **Gil Scatena** ponderou que o ponto alto da presente pauta fora a criação do Comitê de Integração dos Planos de Manejo, concebido de modo a possibilitar que o plano em sua integralidade fosse elaborado na própria SMA, a partir da colaboração de todos os órgãos do Sistema Ambiental Paulista, aos quais agradeceu. Ressaltou entretanto que não fora possível dar concretude à pretensão de finalizar os planos das onze unidades de conservação previstas até 6 de dezembro, restando a finalização para o mês de janeiro de 2018. Preconizou que o processo capitaneado pela SMA está gerando um novo roteiro metodológico, e que resultará em planos de manejo mais fáceis de serem compreendidos pela população como um todo, abrindo uma nova linha



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de ação para os gestores, quer no que diz respeito aos atos rotineiros de gestão, quer no que tange às possibilidades de concessão e parcerias com a iniciativa privada. Advogou que a iniciativa tornará mais fácil o atingimento do objetivo maior, qual seja o de preservação da biodiversidade, com fomento à pesquisa científica e aos programas de educação ambiental. Finalizadas as onze unidades de conservação previstas para o primeiro semestre, ainda outras cinco serão finalizadas até meados de 2018. Com isso, será facilitada a atuação dos empreendedores nas zonas de amortecimento, contribuindo para o andamento dos processos de licenciamento junto à CETESB. **Lucila Manzatti**, Diretora Metropolitana e Interior da Fundação Florestal confessou-se privilegiada, na condição de diretora, por colaborar com os planos de manejo, eis que a maior parte deles integra sua diretoria. Declarou sua satisfação ainda com o fato de poder tomar parte nas reuniões do respectivo conselho, abertas que são às comunidades do entorno e enriquecidas pela presença de representantes de diversos setores da sociedade civil, do segmento turístico e dos proprietários de terras. Essa rica participação, comentou, trazia maior segurança quanto ao modelo proposto e ao resultado final do trabalho desenvolvido. Revisões no modelo adotado são inevitáveis, mas o fato de discutir-se o resultado de uma construção conjunta dava convicção de que se está no caminho acertado. Reiterou a importância dos planos de manejo, sobretudo como uma forma de gerar segurança para as unidades conservação, que na sua ausência tornam-se vulneráveis e submetem-se a um sem-número de riscos. Trata-se, mais do que de uma prioridade legal, de uma prioridade estratégica no âmbito da Fundação Florestal. O **Presidente do CONSEMA** reafirmou que uma outra sua prioridade, assumida desde o primeiro momento da atual gestão, era recuperar e ampliar os conselhos, e agradeceu aos coordenadores e responsáveis da Fundação Florestal pelo empenho testemunhado em fazer publicar todos os novos conselhos, reestruturados e ampliados, em tempo recorde, apenas dois meses. O conselheiro **Eduardo Trani** enalteceu o modo como se têm conduzido as discussões acerca das unidades de conservação, nunca alijando a sociedade civil do debate, mas, inversamente, buscando sempre trazê-la ao diálogo e, assim, evitar que as comunidades assumam no futuro uma postura reativa, conforme observada em relação a unidades ao longo do Litoral Norte. Propôs à Fundação Florestal buscase sumular em sua página na internet informações acerca do andamento dos planos de manejo das diversas unidades de conservação do Estado. O **Presidente do CONSEMA** informou que a solicitação de informações já fora feita pelo SIGAP, e que estas seriam em breve disponibilizadas. Quanto à página na internet, informou que estava em discussão a criação de um novo portal da Fundação Florestal, mais completo e interativo. Pontuou que o órgão possui um corpo técnico altamente qualificado, com plenas condições de conduzir a bom termo as necessárias alterações na disciplina que rege as unidades de conservação, seja a partir da implementação de medidas de valorização de seu entorno, seja pela abertura de alternativas de aproveitamento econômico, a exemplo das medidas de estímulo ao incremento do turismo, de sorte a torná-las, estas unidades, modelos para o Brasil e o mundo. A conselheira **Cristina Murgel**, falando em nome da FIESP, parabenizou o corpo técnico da Secretaria pelo trabalho desenvolvido. Declarou que, por vezes, na qualidade de representante da sociedade civil, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo tinha um olhar discordante do da Secretaria sobre idênticas questões, e que era natural que em determinados momentos se revisassem os pontos de vista sustentados. Declarou reconhecer nos planos de manejo peças normativas fundamentais no ordenamento territorial do Estado, uma vez que ditam o tom da harmonia entre conservação e produção. Pontuou que a FIESP acompanha de perto todo o processo em curso, e destacou que enfrenta dificuldades em assegurar sua participação em todos os colegiados, razão pela qual a entidade decidiu por priorizar a participação naqueles planos que apresentam maior relevância para o setor industrial, sem entretanto deixar de acompanhar o andamento das demais discussões. Sublinhou que a FIESP realiza a interface entre os conselhos consultivos e os comitês de bacia, e diagnosticou que ainda é necessário buscar convergir em determinadas questões. Ao final, renovou seus cumprimentos à SMA e aos diversos órgãos do sistema pelo trabalho realizado e fez votos de maiores avanços na questão. O Adjunto **Eduardo Trani** reforçou a importante vocação dos planos de manejo, como ainda de outros instrumentos como o Zoneamento Ecológico-Econômico e os



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

planos diretores municipais, estes últimos responsáveis pela adequação normativa necessária à preservação e conservação das áreas. O conselheiro **Romildo Campello** parabenizou a SMA pela retomada dos planos de manejo, e especialmente, nesse contexto, pela valorização de uma visão mais técnica das questões, e indagou se será retomada a criação de unidades de conservação na Região Metropolitana de São Paulo, uma vez que os projetos existentes encontram-se paralisados. O **Presidente do CONSEMA** assinalou os aspectos complexos do tema, relatou haver se encontrado com o Governador Geraldo Alckmin para discutir o assunto e informou que o perfil peculiar das áreas em questão sugeria a necessidade de se agir com cautela no que diz respeito a uma possível retomada da criação de unidades de conservação no perímetro da RMSP. O conselheiro **Romildo Campello** anuiu na argumentação da presidência, ressaltando entretanto que novas unidades de conservação, sem maiores custos nem desapropriações, poderiam ter lugar por exemplo em Guararema, Suzano e Mogi das Cruzes. Trata-se, destacou, de projeto antigo da SMA, e que talvez fosse oportuno colocá-lo nesse momento na ordem do dia. O **Presidente do CONSEMA** assegurou que todas as alternativas eram detidamente estudadas, mas que era necessário ter-se em conta que, além dos custos de criação de uma unidade de conservação, existem outros, permanentes, relacionados com a manutenção das já existentes. Destacou que São Paulo era o estado com maior número de unidades de conservação em todo o país, observando todavia que os debates deveriam ocorrer preliminarmente na própria câmara de compensação, para, firmado um posicionamento, trazer o tema ao plenário do CONSEMA. Ressaltou a primordialidade de se envidarem os melhores esforços, sinergicamente orquestrados, no sentido de se assegurar a melhor convivência entre a unidade de conservação e as comunidades originárias da região, e citou exemplo emblemático acerca de recente invasão dos índios da tribo tupi-guarani no Jaraguá, gerando impasse que, inobstante ainda não plenamente equacionado, evolui numa cadência promissora e já sinaliza com a pacificação. Mas, acrescentou, por cautela, evitava naquele instante mais informar. O conselheiro **Rodrigo Levkovicz** antecipou que prosseguem as negociações, afirmando no entanto que a Secretaria permanecia atenta às áreas reivindicadas e respectivos usos, sempre à luz da premissa de manutenção dos atributos ambientais da área. O Secretário-Adjunto **Eduardo Trani** festejou a edição do Decreto Estadual 62.813, de 8 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor do Litoral Norte, importante instrumento de gestão. Ponderou que o trabalho se desenvolveu na intersecção de diferentes planos diretores municipais, e que as diversas municipalidades envolvidas atuaram no sentido de fazer convergir a política nesse contexto adotada com aquela preconizada no plano estadual. Para tanto, prosseguiu, a SMA tem sistematicamente recebido prefeitos das cidades que compõem a região, havendo não há muito recebido o prefeito de Ilha Comprida, município cuja APA é objeto de histórica discussão, que, espera-se, venha a ter seu termo final ainda em 2018. Com isso, arrematou, abre-se a possibilidade de conclusão do GERCO do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia e Vale do Ribeira. Introduzindo o tema das perspectivas acerca do Zoneamento Ecológico-Econômico para o ano de 2018, sublinhou que a SMA lidera um esforço engajado de diversas secretarias, como as de Transporte, Agricultura e Saúde, contando com a particular colaboração da Superintendência de Controle de Endemias-SUCEN, com quem vem discutindo sobre dados da área da saúde e seus reflexos sobre o território. Todo o trabalho a realizar e que será desenvolvido sob a regência do CONSEMA, se prestará a definir, até o final do ano que principia, a pauta norteadora da política ambiental territorial no Estado. O conselheiro **Gil Scatena** acrescentou que o Estado de São Paulo tem a incumbência de fazer o zoneamento ecológico-econômico, desde a política Estadual de mudanças climáticas, menos para dar cumprimento a uma exigência legal que para aparelhar o mesmo Estado com esse importante instrumento norteador dos investimentos públicos e privados em todo o seu território, conferindo unidade à política nesse âmbito desenvolvida. A pretensão, continuou, é fazer que o Estado se torne resiliente às mudanças climáticas, ao mesmo tempo propiciando a segurança hídrica que garanta a biodiversidade e mantendo a economia competitiva e sustentável, de modo a orientar uma redução nas desigualdades regionais. Para lograr sucesso no intento, foram mobilizados cerca de cento e trinta técnicos de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

diversas instituições, a quem coletivamente agradecia, e enfatizou o papel da CETESB no processo, haja vista a notória competência de seus técnicos em avaliar grandes impactos em quaisquer tipologias territoriais. Dentre as iniciativas tomadas, enfatizou a promoção do diálogo não apenas com a Casa Civil, mas também com as secretarias de Estado da Energia, Transportes, Saúde, Habitação e, de modo especial, com a Secretaria de Estado da Agricultura, que tem desempenhado importante papel na orientação dos interesses do setor, sob a ótica do desenvolvimento do Estado. Tudo isso, assinalou, escorado em contrato celebrado junto ao Banco Mundial e que possibilitará respeitável ampliação das agendas públicas da SMA para o ano de 2018. Ainda para o mesmo ano, apregoeou, prevê-se a criação da Comissão Técnica Estadual e a montagem de dois fóruns estaduais com a participação de universidades e o segmento econômico, além da criação de um “fórum cidadão”, destinado a prover um novo e mais intenso modelo de interlocução com a sociedade civil, contexto em que destacou a atuação da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e da Secretaria de Estado da Habitação, que têm atuado no sentido de viabilizar o diálogo com os comitês de bacia, municipalidades, segmentos econômicos e outras instâncias da sociedade civil. Sobre a Comissão Temática de Políticas Públicas, e resgatando o assunto dos seminários sobre o tema políticas públicas, conforme proposto pelo conselheiro Vilázio Léllis, comentou haver recebido robusta proposta da sociedade civil, que, para além acolher as questões propriamente ambientais, abraça uma visão de desenvolvimento sustentável, que, aliás, logra conectar-se de modo peculiar aos desafios sociais e ambientais do momento. Nada obstante um inevitável adiamento dos eventos, eventos aliás de imensurável interesse não apenas para a Comissão Temática quanto para a sociedade civil e para o próprio ZEE, confirmou que serão todos eles realizados, antecipando que os diálogos sobre o tema serão retomados entre janeiro e fevereiro do ano a iniciar-se. O conselheiro **Roberto Resende** retomou a denúncia de inoperância do Conselho da APA de Ilha Comprida, ponderando a importância de, quanto antes, trazer-se a discussão nos contextos do GERCO, CONSEMA e SIGAP. O **Presidente do CONSEMA** solicitou se façam intervenções mais breves, considerando o avançado da hora, e voltou a tratar dos parques urbanos. Comentou que, apesar das limitações orçamentárias, caminham a contento. Ressalvou entretanto que o Horto Florestal e a Cantareira estão fechados ao público em razão do surto de febre amarela. Em contraponto, trouxe a notícia da criação de um novo parque: o Parque Estadual Jequitibá, antigo Parque Tizo, que passa então para a jurisdição da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. O parque traz por novidade uma área de lazer que servirá, em especial, à comunidade carente da região, e deverá estar em condições de ser inaugurado já no próximo mês de março. Além deste, outra área, o Parque Estadual do Riacho Grande, cuja denominação confessou parecer-lhe imprópria, poderá ter sua reinauguração à mesma época. Criticou pandegamente que tanto se dedicasse a atenção à proteção animal e tão pouco às áreas verdes da cidade. Noticiou avanços no Projeto Pomar, numa das alas do Rio Pinheiros, resultado de acordo inicialmente celebrado com a empresa Telefônica, e à qual junta-se agora a cervejaria Heineken, e anunciou o edital de chamamento público para a implantação do Centro de Educação Ambiental. Declarou que a pretensão de realizar a digitalização integral dos processos na CETESB, medida essencial à transparência do procedimento licenciador, foi, à exceção de raras e pontuais exceções, satisfatoriamente atingida. Por fim, contabilizou, no saldo positivo destes quase três meses da nova gestão da Secretaria, o resgate da autonomia das agências regionais da CETESB, o que se instrumentalizou por intermédio da Resolução SMA 15/2017 que pôs fim à absoluta centralização decisória nas mãos do Secretário. O conselheiro **Carlos Roberto, presidente da CETESB**, iniciou por registrar sua gratidão à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, na figura do titular da pasta, Maurício Brusadin, como a todos os integrantes do CONSEMA, sem cujo empenho e dedicação no debate e na busca do melhor equacionamento das questões que se apresentavam não teria feito possível que se celebrasse hoje tão importantes avanços e conquistas como as antes mencionadas. Ponderou o quanto a digitalização contribuiu na celeridade da tramitação dos processos de licenciamento na CETESB e adiantou que os procedimentos serão ainda mais otimizados. Anunciou a entrada em operação, até o próximo dia 29 de dezembro, do VRE-Via Rápida Empresa, portal de entrada do licenciamento ambiental, passando



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

a partir de então o VRA-Via Rápida Ambiental a integrar o VRE, com simplificação significativa sobretudo dos procedimentos ambientais de baixo impacto, e que representam cerca de 40% do volume total de licenças emitidas ao ano. De igual modo, possibilita-se seja destinado um tempo maior à análise dos processos que apresentam maior complexidade. Destacou, além da agilidade, a transparência e a precisão do licenciamento conforme passa a ser feito, e elencou algumas das ferramentas de que dispõe a agência ambiental na persecução desse intento, com destaque para a Sala de Cenários, cuja funcionalidade detalhou. Lecionou que, no tema do diagnóstico ambiental, a CETESB trabalha sobre as matrizes ar, água e solo, a partir de um contínuo monitoramento. As informações são publicizadas via internet, em tempo real. O conselheiro **Beto Francine** declarou que enquanto trabalhava no projeto Observatório Litoral Sustentável buscou se aproximar da CETESB na discussão relacionada à questão dos cenários, e sucintamente abordou os mais recentes eventos respeitantes ao tema. Alertou para o quão preocupante era a proliferação, ao longo da última década, de um sem número de diversificados megaempreendimentos no Litoral Norte Paulista, e ponderou que, muito embora vários desses empreendimentos sejam licenciados sob a jurisdição do IBAMA, seria por tudo oportuno que a CETESB estabelecesse um canal de comunicação com esse órgão, uma vez que outros empreendimentos na mesma área são licenciados pela agência ambiental estadual. Isto possibilitará, observou, a criação de instrumentos de avaliação e gestão territorial, levando-se em conta a sinergia e cumulatividade de impactos sociais e ambientais apontados nos EIA-RIMAs, permitindo desse modo que o Projeto Cenários dialogue com o Programa de Avaliação de Impactos Cumulativos, que por sua vez é uma condicionante da Petrobrás no licenciamento da exploração da camada de Pré-Sal na Bacia de Santos. O **Presidente do CONSEMA**, agora acerca do tema da Política Nacional de Resíduos Sólidos, relatou a enorme dificuldade dos municípios em colocarem efetivamente em prática a lei que disciplina o tema, e que a partir desse diagnóstico se decidira por criar, em colaboração com a CETESB, o Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Narrou haver recebido desde então, para tratar do tema, dezenas de prefeitos, a toda semana, e que nesses encontros se procurou aprofundar o debate que objetiva em última instância dar efetividade à Política Nacional. Concluiu-se desses debates que as soluções provavelmente dotadas de maior viabilidade não são outras senão aquelas que sugerem o estabelecimento de parcerias público-privadas, haja vista a escassez de recursos do Estado e a situação limite de diversos aterros, já no fim de sua vida útil. Defendeu outrossim que é momento de superar em definitivo o aterro como modelo de gerenciamento de resíduos, quer incrementando-se a reciclagem dos sólidos, quer fomentando a adoção de modelos que privilegiem a geração de energia. **Luigi Longo**, Assessor para Consórcios e Concessões da SMA, assinalou a condição crítica pela qual passam inúmeros aterros, já em vias de esgotar sua capacidade, e objeto de intensa fiscalização e constantes autuações. Face à ausência de horizontes claramente definidos quanto à questão do gerenciamento de resíduos, decidiu a Secretaria, por primeiro passo, atrair a si o papel de mediadora das discussões em todas as esferas, evitando-se a todo o tempo adotar entendimentos polarizados, mas, ao invés, dialogando sempre à luz da premissa maior: o bem comum. A partir da ideia de regionalização das regiões metropolitanas, aliás pauta federal, informou fora criado projeto que recebeu o nome de Gestão Integrada em Resíduos Sólidos-GIRS, que amplia a abordagem exclusiva na questão dos resíduos urbanos para abraçar também inertes, lixo industrial e resíduos hospitalares, além de trabalhar com o conceito de logística reversa. Ressaltou nesse contexto a importância de se alcançar uma perfeita coesão entre as atuações do Ministério Público, Tribunais de Contas, Sistema Ambiental do Estado de São Paulo, Ministério do Meio Ambiente e sociedade civil organizada e todos os demais agentes, para assim tornar efetivo o apoio que as municipalidades necessitam receber para bem cumprir seu papel nesse contexto. Um dos temas mais complexos e ao mesmo tempo mais relevantes nesse âmbito, mencionou, é a instituição da cobrança da taxa do lixo, somente possível em havendo apoio majoritário da sociedade civil. O **Presidente do CONSEMA** assinalou o preocupante cenário em que aterros paulistas são fechados, e sugeriu fosse o tema alçado a ponto de pauta já na reunião plenária de janeiro de 2018. O conselheiro **Simão** festejou que o Secretário conhecesse em profundidade os problemas que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

assolam os municípios, e ponderou que não é necessário perseguir novas soluções: basta cumprir a legislação que regula a destinação dos resíduos sólidos. Defendeu enfaticamente a prática da logística reversa, a partir da regulação sem demora dos mecanismos de que fará uso, e desejou a todos um Feliz Natal e Próspero Ano-Novo. O **Presidente do CONSEMA** anunciou, com relação ao tema em questão, que encontra-se em construção projeto-piloto, resultado de ampla discussão com a FIESP, e passou a palavra ao responsável pelo trabalho até agora desenvolvido. O assessor **Flávio de Miranda Ribeiro** preliminarmente destacou que SMA e CETESB têm conjuntamente mantido, em matéria de logística reversa, a mesma estratégia desde o ano de 2011, o que vem corroborar a validade desse trabalho que adota proposta de política pública estagiada em três fases: a primeira delas já apresentada por duas vezes em reunião plenária do Conselho, a segunda atualmente em curso e a terceira a implementar-se somente após revisão da Política Estadual por proposta à Assembleia Legislativa encaminhada. Na atual etapa, prosseguiu, estão sendo renovados termos de compromisso, especialmente no que diz respeito ao lixo eletrônico. Requereu maiores informações sobre a remuneração dos municípios pela atividade desempenhada pelas prefeituras municipais, nos termos em que mencionada pelo conselheiro Simão, e destacou que o programa em vigor opera em escala-piloto por seis meses, em três municípios: São Paulo, Sorocaba e São José dos Campos. Observou que a FIESP se posiciona contrariamente ao acordo setorial defendido pela SMA, dissensão de que resultou em ação civil pública ora em tramitação, e pontuou entender fundamental que sejam testados diferentes modelos, para somente então, apreciado o modo como reagem na prática, decidir-se qual dentre eles melhor se amolda à realidade do Estado. Declarou finalmente haver logrado apresentar ao Conselho proposta concreta de inclusão dos municípios na dinâmica da logística reversa, via assinatura de termos de compromisso junto à SMA e à CETESB. Comunicou, ainda sobre o tema, que já no início do ano de 2018 deverá ser encaminhada proposta de inclusão da logística reversa no licenciamento ambiental, orientação adotada em obediência a decreto federal que vincula ao atendimento das novas regras também aquelas empresas que não subscreveram respectivos termos de compromisso. O **Presidente do CONSEMA** voltou a propor a realização de debate sobre resíduos sólidos na reunião plenária a realizar-se em janeiro próximo, e elogiou o modelo que passa a ser adotado e que possibilita a captação de recursos pelos municípios. Introduziu em seguida a prestação de contas acerca da Operação Corta-Fogo, e passou a palavra ao conselheiro **Sérgio Marçon**, coordenador da CFA. Este declarou haver encaminhado, a pedido do Corpo de Bombeiros, por ocasião da última reunião sobre a operação, realizada no ano anterior, destaques específicos. Encabeçavam os destaques o pleito pela aquisição de viaturas com tração nas quatro rodas, específicas para combate em áreas de conservação, capazes de acessar locais inacessíveis aos caminhões de grande porte. Festejou o retorno da Polícia Militar Ambiental ao Conselho, que voltava a ocupar a cadeira da qual, ponderou, jamais deveria ter sido exilada. O **Presidente do CONSEMA** relatou proposta a ele apresentada pelo Corpo de Bombeiros, de criação de um programa destinado a formar bombeiros voluntários, considerando a ampliação do número de focos de calor, ocasionada pelas mudanças climáticas que se observam em tempos recentes. Esclareceu que tais voluntários teriam não a prerrogativa de combater diretamente focos de incêndio, mas atuariam em programas de educação ambiental junto às escolas e às comunidades, e antecipou um possível lançamento do programa no mês de fevereiro do ano a iniciar-se. Enalteceu os números obtidos pela Polícia Militar Ambiental nas apreensões decorrentes das operações de fiscalização realizadas ao longo do ano, e passou a palavra ao assessor **Oswaldo dos Santos Lucon**, que deu a conhecer proposta da CETESB para o controle de emissões de CO₂ no período 2020/2021. O técnico refletiu que o volume de emissões de CO₂ é um problema global e deveras complexo, e que, nesse ambiente, qualquer ação meramente regional é ineficaz, devendo-se atuar em nível nacional se se deseja obter o melhor resultado. Lembrou que as fontes preponderantes de emissão de gases de efeito estufa provêm de meios de transporte e são baseadas em plataformas veiculares há muito defasadas em relação àquelas em implantação nos Estados Unidos e na Europa. Esclareceu que a proposta era estabelecer um mesmo coeficiente de emissão de CO₂, tanto para combustíveis fósseis como para renováveis, induzindo assim a uma maior eficiência veicular,

Página 11 de 14



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

correspondente em números a cerca de 25 km por litro. O **Presidente do CONSEMA** informou já haver iniciado, juntamente com a CETESB, as tratativas com o DETRAN, à vista da implementação da inspeção veicular em nível nacional. Ponderou que a agência ambiental devia de fato constituir-se em referência na construção do processo em questão, propiciando que a inspeção abrace não apenas os itens de segurança, estendendo-se também e principalmente às emissões veiculares. Discorreu sobre o Programa Ambiente Móvel, em que se buscou levar a SMA, a CETESB e a Fundação Florestal ao debate junto às prefeituras do interior e representações da sociedade civil. Realizaram-se cinco encontros ao longo dos três primeiros meses da atual gestão, antecipando em linhas gerais os objetivos nesse âmbito previstos para 2018. Propôs outrossim ampliação da participação do CONSEMA, seja nas discussões sobre os temas-chave da pauta ambiental, seja na organização e realização de seminários e fóruns sobre educação ambiental, seja ainda nos debates sobre o PRA e sobre o CAR, entre outros, alçando o órgão a um papel de justa proeminência na promoção das iniciativas tomadas no plano estadual. Noticiou assinatura de termo de cooperação com o Ministério Público do Estado de São Paulo que busca otimizar o intercâmbio de informações entre o órgão, a SMA e a CETESB, e com isso tornar mais coeso e transparente o resultado dos trabalhos desenvolvidos. Exauriu o quanto havia a comunicar acerca do Programa Município VerdeAzul, sublinhando o expressivo número de municípios cadastrados, hoje mais de seiscentos, e falou do quão vantajoso para a administração é priorizar políticas descentralizadoras. Cedeu a palavra em seguida à conselheira **Raquel Azzari**. Esta pontuou que o que mais chama a atenção, do ponto de vista da Coordenadoria de Educação Ambiental, que ora encabeça, foi sua reativação nos moldes de uma reestruturação física, que contou, entre outros, com o apoio da agência ambiental paulista. Ressaltou a importância da ampliação do diálogo com a sociedade civil nos moldes em que passa a ocorrer, fator de fortalecimento da política de educação ambiental no Estado, e que se aguarda para o ano vindouro a edição de decreto que ao final a regule em todos os seus vieses. Exaltou a atuação da Coordenadoria por intermédio do Comitê de Integração de Educação Ambiental, situando em destaque o trabalho levado à frente em colaboração com a Fundação Florestal e a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental. O **Presidente do CONSEMA** informou também haver operado, ao longo de sua curta gestão, o resgate de outra coordenadoria, a de relações internacionais, lacuna que, segundo entendia, clamava por urgente preenchimento, e apresentou a equipe responsável. Nesse contexto, festejou o encaminhamento de acordo de cooperação com importante instituição alemã, e outro com uma italiana. Advogou que era momento de se recuperar parcela importante do prestígio internacional da política ambiental que o Estado por tradição sempre protagonizou, e cedeu a palavra à assessora técnica **Jussara de Lima Carvalho**, que alardeou o cronograma de ações para o ano de 2018, e que se baseia em três pautas básicas – clima, biodiversidade, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS – além de outras transversais, respeitantes aos recursos hídricos e resíduos sólidos. O cronograma, detalhou, inclui conferências da ONU e a criação de um comitê de integração de apoio à assessoria internacional, que aplicar-se-á em traduzir referidos temas para a realidade paulista. Nesse agregado de iniciativas, finalizou, terá agigantada importância o papel a ser desempenhado pelo CONSEMA. O **Presidente do CONSEMA** sumariou questão relacionada ao conflito de competências entre Instituto Geológico, Instituto Florestal e Instituto de Botânica, dando a saber os termos da solução que se decidiu adotar para definitivamente equacionar a demanda, e que se pautou na criação de um grupo de trabalho que reúne pesquisadores dos três institutos. **Luís Alberto Bucci**, Diretor-Geral do Instituto Florestal da SMA, testificou o exitoso resultado da medida, e deu conta de algumas das mais expressivas ações efetivadas a partir daquela. O **Secretário do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA** evocou rol de simbólicas situações, extraídas de história recente, em que o imponderável deixou a marca de sua ingerência sobre o que se planejava realizar, e concluiu tecendo alvissareiros prognósticos sobre o que a partir de agora se há de fazer concretamente. **Malu Rocha Freire**, assessora técnica, manifestou gratidão ao Secretário de Estado do Meio Ambiente pelo apoio ao projeto “Verão no Clima”, que, negociado entre os diversos setores da sociedade, somente restou ao final exitoso em razão de seu caráter de política pública. Traçou breve cronologia de sua tramitação, que partiu do

Página 12 de 14



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

desafio para desaguar na absoluta adesão dos dezesseis municípios litorâneos envolvidos, e pontuou que desta vez a inovação, além naturalmente daquela que diz respeito à abordagem adotada, residia especialmente na proposta de se trabalhar com a menor geração de resíduo possível, zerando-se a produção até o ano de 2019. Buscar-se-á continuamente baixar a pegada de emissão, sublinhou, e, para tanto, citou a título de exemplo, a Operação Verão Limpo que congregará quatorze instituições ligadas à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, municipalidades e diversas organizações não governamentais. Destarte, toda a rede de transportes já existente nos locais será mobilizada, numa faixa de cinquenta e dois pontos ao longo da orla marinha, além do que serão levadas a efeito três ações no mar, que contam com a colaboração de voluntários e embarcações para tanto cedidas. Esclareceu que o projeto buscará atuar em duas frentes: a ação será por um lado local, mas primordialmente virtual, com ampla utilização das redes sociais. Falou acerca da colaboração da Fundação Florestal na produção de conteúdo, sobre a criação de comunidades no aplicativo *whatsapp*, uma para congregar as prefeituras, outra para reunir organizações não governamentais, além de uma terceira, do próprio Sistema Ambiental, que tem se mostrado capaz de potencializar as ações em todo o território. Destacou por fim que a Secretaria tem voltado atenção para a questão do microlixo, à qual se deu efetividade por meio de parcerias com ONGs especializadas em metodologias de quantificação e classificação que permitirão se alcancem os melhores resultados. O **Presidente do CONSEMA** agradeceu à equipe que colaborou com o projeto na pessoa da assessora Lucia Senna, que, conforme sublinhou, deu lastro jurídico às ações depois efetivadas. Ponderou que todas as iniciativas discutidas contribuem em última análise para que se avance na agenda de enfrentamento das mudanças climáticas, que tem no litoral seu ponto sensível. A assessora técnica **Malu Rocha Freire** interveio para informar que a SABESP acabara de manifestar seu interesse em aderir ao Programa Verão no Clima. O conselheiro **Romildo Campello** esclareceu, segundo informações obtidas diretamente do CONDEPHAAT, que o projeto mencionado pelo também conselheiro Beto Francine era não o de um *resort*, mas de uma pousada, e que o empreendimento prevê a reforma de prédio tombado pelo patrimônio histórico. Acrescentou que o respectivo conselho somente opinará a respeito após manifestação formal da Fundação Florestal. E a Fundação Florestal – completou o **Presidente do Conselho** – apenas se pronunciará após manifestação do conselho da unidade de conservação em questão. O conselheiro **Marcos Funari** partilhou sua satisfação com o quanto se produziu no CONSEMA ao longo do ano, quer sob o ponto de vista da sinergia que se logrou sustentar nas relações interinstitucionais, especialmente no que diz respeito ao órgão que representa, o Ministério Público do Estado de São Paulo, quer sob a ótica da transparência com que todas as ações foram a todo o tempo conduzidas. Festejou a propósito a reativação do convênio para acesso aos dados do SIGAM, profundamente emblemático da tônica colaborativa da nova gestão, pressagiando que renderá bons e abundantes frutos, sempre tendo por fim último a prestação de um serviço público de qualidade. O **Presidente do CONSEMA** acolheu com gratidão as considerações acerca das ações a que a Secretaria deu efetividade ao longo da gestão que há três meses encabeça, e pontuou que, se porventura ocasionalmente falta unanimidade acerca de determinadas questões, e inobstante eventuais erros que possam ser cometidos, ninguém poderá questionar a probidade das intenções. Comentou que a dinâmica dialogal é condição indispensável do processo democrático, e que, aliada à descentralização e ao incremento da cooperação, se não suprimem os erros do gestor, possibilitam sejam eles quase sempre reparados. Renovou sua gratidão ao Ministério Público na figura do procurador de justiça Gianpaolo Smanio, fazendo votos de um contínuo aprimoramento do debate entre as instituições. A conselheira **Mônica Porto** agradeceu o convite que recebera para tomar parte na Operação Verão Limpo. De mais a mais, convidou aos conselheiros para participarem, em Brasília, do Fórum Mundial da Água no Hemisfério Sul, hoje o mais importante evento sobre água no mundo, e que conta, apenas a título de participação efetiva, com cerca de cinco mil pessoas, e, na totalidade dos eventos, com aproximadamente trinta mil participantes. Antecipou que no evento serão abordados diversos temas, como gestão de recursos hídricos, e que o tema maior, que capitaneia as discussões, é o do compartilhamento da água. Informou que o Sistema de Recursos Hídricos Paulista terá um

Página 13 de 14



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

importante estande na área da feira, e defendeu que todo o Sistema Ambiental se congregue no propósito de levar para o evento o melhor do considerável acervo de soluções inovadoras para o tema dos recursos hídricos que o país vem apresentando no curso dos últimos anos. O **Presidente do CONSEMA** agradeceu ao convite e propôs que os resultados do fórum sejam trazidos ao Conselho em reunião plenária, ainda no mês de fevereiro do próximo ano. O **Secretário-Executivo do CONSEMA**, tendo solicitado que, dado o avançado da hora, os outros itens da pauta ficassem para a próxima reunião, declarou que, face à sobrecarga de trabalho da Comissão Técnica de Biodiversidade, que vem tendo dificuldades em finalizar em tempo seus relatórios, propôs-se fosse ampliado o número de conselheiros que a integram, acrescentando-se a ela mais dois membros: um representante da bancada governamental, outro da não governamental. Observou a conselheira **Simone Vieira** que a UNESP havia já registrado seu interesse em compor dita comissão, mas que entretanto seu representante não estava presente naquele momento em plenário. Ponderou o **Secretário-Executivo do CONSEMA**, ademais da ausência do representante da UNESP, que, a manter-se a paridade das representações, a cada representante não governamental nela incluído dever-se-á incluir outro, governamental. O **Presidente do CONSEMA** propôs fosse fechada questão em torno dos inicialmente dois representantes, postergando-se a inclusão da representação da UNESP para a reunião de janeiro próximo. O **Secretário-Executivo do CONSEMA** declarou então haver verificado que, na verdade, a UNESP já conta com representante na Comissão, restando vencida a discussão a respeito. Diante do fato e da vontade uníssona do pleno, editou-se a seguinte decisão: **“Deliberação CONSEMA 26/2017. De 20 de dezembro de 2017. 361ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Dá nova redação ao item 4. do artigo 4º da Deliberação CONSEMA 11/2010, alterada pelas Deliberações CONSEMA 10/2012 e 31/2016, que dispõe sobre o número, atribuições e composição das Comissões Temáticas. O Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, no exercício de sua competência legal, Delibera: Artigo único - O item 4. do artigo 4º da Deliberação CONSEMA 11/2010, alterada pelas Deliberações CONSEMA 10/2012 e 31/2016, passa a vigorar com a seguinte redação: “4. Comissão de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas: (...) k) 1 (um) representante da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental-CFA/SMA que terá como suplente o representante da Coordenadoria de Parques Urbanos-CPU/SMA; l) 1 (um) representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo-FAESP e seu respectivo suplente”.** Voluntariaram-se Sergio Luís Marçon, representante da CFA, e Ronaldo Severo Ramos, representante da FAESP. Ausentes votos contrários, foram ambos unanimemente eleitos para compor a CTBio. O **Presidente do CONSEMA** concordou então que os temas remanescentes da pauta tivessem sua discussão transferida para a reunião de janeiro do ano vindouro, e defendeu uma vez mais que não se olvide da importância de se empenhar continuamente os melhores esforços no diálogo, ressaltando que a prática do contraditório é por vezes capaz de evitar futuros e graves problemas. Nada mais havendo a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos. Eu, **Germano Seara Filho**, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.